

LANDIM DEPÓE HOJE

Deputado será questionado sobre movimento bancário

O deputado Paes Landim (PFL-PI) terá de explicar hoje em seu depoimento à CPI do Orçamento uma movimentação bancária de US\$ 800 mil em 1990, incompatível com a sua remuneração de parlamentar. A subcomissão de bancos acredita que esse dinheiro foi angariado irregularmente para sua campanha eleitoral.

Landim terá de explicar também suas ligações com a Fundação Anísio Teixeira, de São João do Piauí (PI). Auditoria do TCU verificou a existência de irregularidades na aplicação de verbas da subvenção social do Orçamento nessa entidade, dirigida por familiares do deputado. Entre as irregularidades está a emissão de notas fiscais antes da prestação de serviços, caracterizando pagamento antecipado.

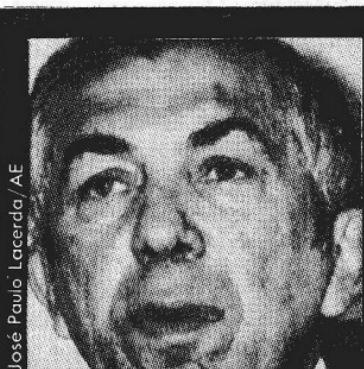
A subcomissão de subvenções sociais da CPI verificou também que Landim destinou para a Fundação Anísio Teixeira, no Orçamento de 1993, quase a totalidade dos recursos a que cada parlamentar tem direito para enviar a entidades de caráter social. Landim destinou para essa entidade Cr\$ 642 mil, em valores de abril de 1992, dos Cr\$ 743 mil da cota a que tinha direito.

O depoimento de Paes Landim vai ser realizado a partir das 9h30 de hoje. À tarde, o presidente da CPI, senador Jarbas Passarinho (PPR-PA), pretende realizar uma reunião reservada da Comissão para discutir a possibilidade de convocar novos depoentes, entre eles a ex-ministra Margarida Pro-

cópio. Amanhã, serão prestados mais dois depoimentos. Pela manhã, vai depor o ex-funcionário da Câmara Roberval de Jesus, que foi demitido em 1991 pelo então presidente da Casa, Ibsen Pinheiro (PMDB-RS), quando tentava informatizar o processo da Comissão de Orçamento para combater possibilidades de manipulação de verbas. Também será ouvido o deputado Carlos Benevides (PMDB-CE), que tem uma movimentação bancária não explicada de US\$ 697 mil.

A CPI do Orçamento vai deixar para a Mesa da Câmara decidir se os empréstimos contraídos, em condições privilegiadas, pelos deputados Ricardo Fiúza (PFL-PE) e Flávio Derzi (PP-MS) com a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil constituíram falta de decoro parlamentar. Passarinho

disse ontem que embora já tenha sido constatado que as operações foram irregulares, por contrariarem a Constituição, que proíbe que parlamentares tomem empréstimos de instituições oficiais com cláusulas especiais, o problema não está relacionado com as fraudes no Orçamento. Passarinho ainda está aguardando um parecer da consultoria jurídica do Senado sobre o caso, mas dificilmente serão apresentados argumentos que modifiquem essa decisão. A dívida de Fiúza com a CEF era, em valores de setembro deste ano, de quase CR\$ 700 milhões. Derzi também não quitou um débito igualmente milionário com o BB.



José Paulo Lacerda/AF

**Deputado Paes
Landim
movimentou US\$
800 mil em
1990,
incompatível com
sua remuneração
de parlamentar.**